

# Chega a hora de punir a chacina

MARIO CHIMANOVITCH  
Correspondente em Cuiabá

Se o advogado de defesa não adoecer, como já ocorreu, e o réu não for assassinado na cadeia pública de Cuiabá, onde está recolhido, praticamente sem garantias, a Justiça poderá dar solução definitiva, no dia 25 de junho, a um dos mais bárbaros crimes ocorridos em Mato Grosso, há quase 10 anos: a matança dos índios Cinta-Largas, tristemente célebre como a "Chacina do Paralelo 11".

Dos cinco homens envolvidos na chacina, que ocorreu em novembro de 1963, às margens do rio Aripuanã, resta somente o réu Ramiro Costa, sexagenário e com a saúde virtualmente comprometida pela malária e por um reumatismo infeccioso. Os outros quatro, ou morreram de forma misteriosa ou simplesmente desapareceram. Na centenária, imunda e precária cadeia pública de Cuiabá, o velho Ramiro jura inocência. Diz-se ameaçado de morte e responsabiliza como verdadeiro culpado de toda a tragédia, o seringueiro Antonio Mascarenhas Junqueira, patrão de quase todos os homens que participaram da expedição de extermínio do grupo "cinta-larga".

Apesar da chacina ter ocorrido em 1963, somente 5 anos depois, em 28 de março de 1968, é que o Ministério Público de Mato Grosso ofereceu denúncia aos acusados, em processo que, inexplicavelmente, vinha sofrendo solução de continuidade, tendo sido anulado uma vez e tramitado pelas mãos de quatro magistrados os quais, por um motivo ou outro, deixaram de prolatar a sentença de pronúncia.

## A SENTENÇA

Ano passado, todavia, a volumosa peça processual, com mais de mil páginas, foi ter às mãos do juiz Mauro José Pereira.

Após estudar minuciosamente o processo, o juiz, em arrazoado de 21 páginas, finalmente, profere a sentença de pronúncia observando, entre outros pontos, o seguinte: "Em nossa carta, porém intensa judicatura neste Estado, temos deparado com questões, as mais complexas, com conflitos de interesses os mais intrincados; com fatos, os mais odiosos e abomináveis; mas jamais havíamos contemplado e estudado um processo que revelasse tanta violência, tanta ignomínia, tanta falta de amor ao próximo, tanta ambição, tanto egoísmo, tanta selvageria, tanto desprezo pela vida humana, enfim, tanto apego à matéria como este, que evidencia a ocorrência de fatos que repugnância a nossa consciência de homens civilizados e que cremos na existência de Deus; ainda que a ciência faça incursões em todo o campo do saber, concorrendo para o aprimoramento intelectual, tec-

nico, moral, social do homem, tudo emana de Deus, muito embora alguns pretensiosos se envaldeçam das conquistas da ciência, a ponto de pretenderem negar sua verdade irrefragável.

As páginas deste processo constituem um verdadeiro opróbrio, que enche de vergonha o nosso Estado, e compromete o nome de uma Nação inteira, no conceito de outros países, obumbrando um trabalho hercúleo de seus filhos, em busca do progresso em todos os setores...

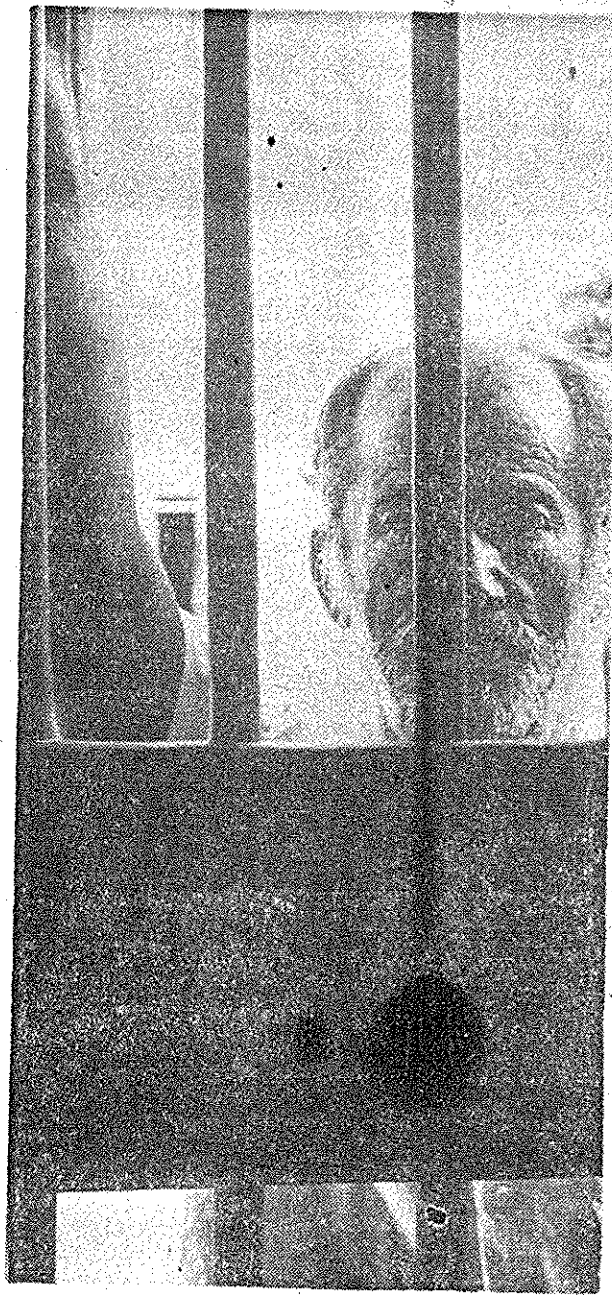
## "A EXPEDIÇÃO"

Segundo denúncia oferecida pelo Promotor Zelio Guimarães Silva, em 28 de março de 1968, Ataíde Pereira dos Santos, Ramiro Costa, Francisco Luiz de Souza, Manuel Virgílio de Almeida e Silvestre de tal, em outubro de 1963, na propriedade da firma "Arruda, Junqueira e Cia. Ltda", na localidade denominada "Juina-Mirim", em Mato Grosso, formaram uma expedição, por ordens de Francisco Amorim de Brito — encarregado geral e preposto da firma — com a finalidade de colher poaia, uma planta medicinal, e realizar prospecções de minérios na região.

O grupo, chefiado por Francisco Luiz de Souza, vulgo "Chico Luiz", munido de armas de grosso calibre e farta munição, inclusive mosquetões e metralhadoras, após cerca de um dia de caminhada fizeram ver ao chefe que era impossível a continuidade da expedição, uma vez que o terreno que estavam atravessando era seco, portanto, contrário, ao que, evidentemente, existe a poaia. Reagido com violência, Chico Luiz, conhecido como pistoleiro sanguinário, informou ao grupo que o "negócio era caçar índios" e não colher poaia conforme o previsto.

Durante a sua marcha, a expedição foi abastecida por um avião que ocasionalmente lançava-lhe generos alimentícios, roupas e munições. Um bilhete, redigido por Francisco Amorim de Brito, o encarregado da "Juina-Mirim", também foi-lhes enviado informando que o grupo deveria seguir em frente, pois, adiante, havia um rio e que, provavelmente os índios ali estivessem.

Realmente, de acordo com a peça de denúncia, após várias horas de viagem, os homens chegaram próximo a um rio, onde acamparam.



As grades da cadeia não garantem a vida de Ramiro

## Os mandantes ficam de fora

Em seu libelo, o promotor Zelio Guimarães Silva deixou de incluir na denúncia os proprietários da fazenda "Juina-Mirim", os seringueiros Antonio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma de Arruda, figuras de projeção e destaque na sociedade mato-grossense, "tendo em vista não estar devidamente concretizada a anuência dos mesmos no tocante à matança dos índios, visto ter sido a expedição organizada com o fito de explorações de minérios e expansão do seringueiro, sendo o organizador e orientador da mesma o indivíduo Francisco Amorim de Brito, que era encarregado geral e preposto da firma; reservando-me, entretanto, o direito de aditar a denúncia, em caso de durante a instrução criminal, surgirem elementos para tanto".

Quem denunciou a chacina às autoridades em Cuiabá foi o padre jesuíta João Dornstauder, morto no ano passado em acidente automobilístico. Ataíde Pereira dos Santos, o primeiro a ser preso, denunciou o patrão, Antonio Mascarenhas Junqueira, como responsável pela chacina, afirmando em depoimento à Polícia Federal que o denunciava "porque até hoje ele não me pagou os

50 contos prometidos pela empreitada".

Apesar das acareações entre patrão e empregados, Antonio Mascarenhas Junqueira, homem rico e bastante influente, continuou, tranquilamente, a tomar sua cerveja nos melhores bares de Cuiabá.

Dos cinco indiciados, três morreram de morte misteriosa — um afogado e dois outros assassinados durante uma rebelião de seringueiros ocorrida na "Juina-Mirim", onde os homens se revoltaram por não receber seus salários e serem, costumeiramente, espancados pelos jagunços que guardavam a fazenda. Somente Ramiro Costa aguarda a decisão judicial para o próximo dia 25.

Ele é defendido por um dos mais dos mais caros, criminalistas do Estado, o professor de Direito Penal Renato D'Arruda Pimenta, apesar de não possuir nenhuma posse e estar preso há três anos.

## Perigo existe até na cadeia

Na cadeia pública, o velho, sempre tremulo, afirma que sua vida corre perigo. Na presença do diretor da cadeia, um tenente da Polícia Militar, ele conta que um dos seus companheiros de cela, o homicida Adonias Alves, têm-lhe sistematicamente ameaçado de morte, caso resolva, no Juri, incriminar o seringueiro Junqueira na "Chacina do Paralelo 11".

— Esse Adonias Alves — conta assustado — já trabalhou para o Junqueira e agora vive me ameaçando. Não contei antes — afirma dirigindo-se ao diretor — porque não queria ser apontado como delator. Agora não quero morrer. Sou inocente nessa história e me arrependo de ter saído da Bahia, em 1955, para Mato Grosso. Nunca matei ninguém na minha vida, estou envolvido nisso por que sou ignorante, não sei ler nem escrever.

Ramiro Costa fala também sobre seu advogado, o professor Renato Pimenta: — Não fui eu quem o contratou, pois jamais teria dinheiro para tanto. Prá mim ele está trabalhando para o Junqueira, pois quando veio aqui falar comigo, uma única vez, quando eu devia depor, tentou convencer-me a assumir as responsabilidades sem envolver o Junqueira. Sinceramente, não o entendo. Como pode um advogado, que diz que vai me defender, me fazer semelhante proposta?...

## MISTÉRIO

O professor, por sua vez, recusa-se sistematicamente a revelar quem custeia a causa de Ramiro. Seus honorários são considerados os mais caros do Estado, e quando lhe indagam sobre o patrocinador da causa, costuma responder "não sei" ou, então, "estou fazendo justiça a um pobre coitado". Uma coisa, todavia, é certa. O professor Renato de Arruda Pimenta, criminalista famoso, segundo comentam os observadores, não iria buscar, simplesmente, notoriedade ao defender um réu já antecipadamente condenado pela opinião pública. No início do ano, o advogado conseguiu suspender a primeira reunião do conselho de sentença que iria apreciar o processo em questão, alegando "doença".

Hoje, todavia, o juiz Odilias Freitas de Souza, casado, 39 anos e o promotor Humberto Maranhão Ayres, 35 anos, também casado, que funcionará neste julgamento, estão bastante otimistas. O juiz cre que, apesar de tardiamente, a Justiça não deixará de ser feita. Ao mesmo tempo tenta desagravar a magistratura mato-grossense afirmando que a demora no julgamento do caso deveu-se, principalmente, "à falta de um lugar próprio para a realização de um júri como esse".

— Em março é que conseguimos concluir as obras da sala do Tribunal do Júri. Antes, tínhamos que requerer outras locais, tais como cinemas, Universidades etc. A magistratura mato-grossense é mais do que íntegra. Meus colegas não puderam ir mais além unicamente por falta de condições".

O promotor Maranhão Ayres pensa da mesma forma e assevera que se novos indícios ou acusações surgirem em meio ao julgamento, não terá dúvidas em requerer um adiamento da denúncia. No caso, por exemplo, em sala de Júri, se o réu Ramiro Costa voltar a acusar o seringueiro Antonio Mascarenhas Junqueira.

## Ataque na mata

No dia seguinte, após acampados, os cinco homens avistaram fumaça, começando, então, a se locomover na mata com toda a cautela até que divisaram uma maloca ca perto da qual alguns índios trabalhavam.

Imediatamente os componentes da expedição tomaram posição de ataque, sem que os índios que ali se encontravam se apercebessem do que estava acontecendo e de que seriam vítimas de um atentado. "Chico Luiz" deu todas as ordens, tendo a chacina começado quando Ataíde Pereira dos Santos, que portava um fuzil, atirou e feriu o índio que parecia chefiar os outros.

Os demais componentes da expedição começaram também a atirar, sendo que "Chico Luiz", portando uma metralhadora, ocupava-se em alvejar os índios que tentavam fugir à fuzilaria. Após o fogo cessado, os homens atravessaram o rio a fim de verificar se suas vítimas estavam mortas realmente, o que foi evidenciado; tendo em seguida continuado a perseguição aos que conseguiram fugir, ocasião em que encontraram uma índia acompanhada de seu filho ainda em idade de colo. Ataíde Pereira dos Santos, na ocasião, sugeriu que a expedição levasse mãe e filho para serem entregues aos padres, no que foi repellido por "Chico Luiz" com as seguintes palavras: "Se os padres quiserem índios que os venham aqui buscar".

"Chico Luiz" — descreve ainda a denúncia, com realismo — tomado de fúria, arrastou a índia para perto do rio e, auxiliado por Ramiro Costa e Silvestre, amarrou-a em duas árvores, uma perna em cada, e de cabeça para baixo, com as

pernas abertas. Isto feito, "Chico Luiz" pegou seu facão de matar e, golpeando a vítima entre as pernas, abriu seu corpo até a altura do esterno. A selvageria, porém, ainda não havia terminado: apanhou um revólver calibre 45 e acionou-o contra a cabeça do pequeno índio, matando-o instantaneamente. Em seguida, jogou os corpos dentro do rio.